

EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM ESTUDO SOBRE O PROGRAMA ESCOLA ATIVA

Taís Oliveira Santos e Santos

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB
taisantos92@gmail.com

Silvia Regina Marques Jardim

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB
silvia_uesb@yahoo.com.br

Resumo: O objetivo do presente trabalho é apresentar resultados de uma pesquisa monográfica sobre a Educação do Campo e turmas multisseriadas, tendo como foco o Programa Escola Ativa. Procuramos fazer um estudo sobre artigos que avaliaram o Programa, utilizando como fonte de dados a internet e utilizamos como descritores Programa Escola Ativa e Educação do Campo. No texto, falaremos de artigos que trouxeram estudos sobre realidades diferentes, como, por exemplo, nos municípios dos estados de Alagoas, Maranhão, Rio Grande do Sul, São Paulo e Mato Grosso, que fizeram adesão a essa proposta de Educação do Campo. A análise desse material nos levou a concluir que, apesar dos muitos avanços que o programa trouxe para a melhoria da escolarização dos sujeitos do campo, ainda há muito que se fazer quanto à proposta que se mostra, muitas vezes, descontextualizada para a realidade de algumas escolas. Observamos, ainda, que, para a efetivação de programas que visem atender Educação do Campo, é importante um olhar mais atento sobre o que orientam as Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo.

Palavras-chave: Educação do Campo. Políticas Públicas. Programa Escola Ativa.

Introdução

O presente trabalho tem como tema a Educação do Campo, mais especificamente sobre o Programa Escola Ativa, aplicado pelo Ministério da Educação (MEC) às escolas do campo que apresentam turmas multisseriadas. É fruto da pesquisa para conclusão do curso de Pedagogia onde estudamos o processo pelo qual se consolida o Programa Escola Ativa como política pública e a maneira que tem sido avaliado.

Para tanto, recorremos ao uso da pesquisa bibliográfica como norteadora dessa investigação, entendendo que “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2002, p. 45). Tal pesquisa se caracteriza como o primeiro passo na construção efetiva de um estudo. Segundo Fachin (2005), ela conduz o leitor a determinado assunto, proporcionando a produção e reprodução das informações coletadas para o desempenho da investigação. Para tanto, utilizamos como fonte de dados artigos publicados na internet e que fizeram análise do programa.

O Programa Escola Ativa (PEA), segundo Gonçalves (2009), foi implementado no Brasil a partir de 1997 no marco de um convênio com o Banco Mundial, com o objetivo de melhorar a qualidade do desempenho escolar em classes multisseriadas das escolas do campo. “Seu histórico é marcado pela coexistência com movimentos sociais que sintetizam e defendem novos princípios para a educação do meio rural alinhados com os seus próprios interesses e configurando-os em um novo conceito: Educação do Campo” (GONÇALVES, 2009, p.06).

Estudos de Bezerra, Neto e Lima (s/d) mostram que,

A partir de 2007, a gestão do Programa Escola Ativa foi transferida do FNDE/FUNDESCOLA para a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), sob a responsabilidade da Coordenação Geral de Educação do Campo. Nessa nova gestão, e cumprindo o plano de expansão, disseminação e monitoramento, o Programa foi ampliado para os demais Estados da federação, sendo, atualmente, a única política pública de âmbito Federal para as escolas multisseriadas e unidocentes do campo (BEZERRA; NETO; LIMA, s/d, p. 25).

E, de acordo com o site do MEC, entre as principais estratégias do programa estão:

... apoiar os sistemas estaduais e municipais de ensino na melhoria da educação nas escolas do campo com classes multisseriadas, fornecendo diversos recursos pedagógicos e de gestão, fortalecer o desenvolvimento de propostas pedagógicas e metodologias adequadas a classes multisseriadas, realizar formação continuada para os educadores envolvidos no programa em propostas pedagógicas e princípios políticos pedagógicos voltados às especificidades do campo, fornecer e publicar materiais pedagógicos que sejam apropriados para o desenvolvimento da proposta pedagógica (BRASIL. Portal do MEC, abril, 2016).

Segundo Ribeiro (2011), pode-se afirmar que o Programa Escola Ativa implementado pelo MEC, inspira-se no movimento escola-novista, entendido em sua época, como busca de alternativas para uma educação que se adequasse às mudanças provocadas diante da emergência de um mundo urbano industrial. Em conformidade com os princípios de flexibilidade, autonomia e descentralização, declarados pela LDB nº 9394/96, o Ministério da Educação apresenta a proposta da Escola Ativa, como uma metodologia de ensino-aprendizagem a ser adotada nas classes multisseriadas rurais. “Tal metodologia tem como pressuposto o ensino centrado no aluno e em sua realidade social, o professor como facilitador e estimulador, a gestão participativa da escola e o avanço automático para etapas posteriores” (RIBEIRO, 2011, p. 26 e 27).

Cabe ressaltar que, embora se tenha muitas pesquisas sobre o assunto e vários estudiosos tenham se debruçado em analisá-lo, os conceitos de Educação Rural e Educação do Campo ainda se confundem, se superpõem e se misturam (CALDART, 2010).

De acordo com Rangel e Carmo (2011) historicamente, os primeiros indícios de evidências da educação no meio rural remontam ao século XIX. Porém, somente na década de 30 do século XX é que começam a surgir modelos de educação rural, embasados em projetos de modernização do campo, custeados por organismos de cooperação norte-americana e propagados por meio do sistema de assistência técnica e extensão rural. A proposta de modernização do campo foi direcionada pelo estilo de vida urbano, observando pouco as peculiaridades, saberes e valores do meio rural.

Segundo Bernardi, Pelinson e Santin (2014, p. 121), a luta por uma educação de qualidade para os indivíduos do campo no Brasil passou a compor a pauta de diferentes debates nos últimos 20 anos. Entretanto, por muito tempo, “ela foi deixada de lado ou literalmente esquecida: foi a partir dos anos de 1980 que a sociedade brasileira começou a despertar e perceber que o campo está vivo, pela pressão dos próprios sujeitos envolvidos e suas mobilizações e do debate sobre a compreensão do campo”.

No Brasil, todas as constituições contemplaram a educação escolar. A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 205, declara que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, e no artigo 206 estabelece o princípio da igualdade das condições de acesso e

permanência na escola para todos. Porém, historicamente, essa não tem sido a realidade da população rural em nosso país, pois as propostas para educação não tinham um caráter de emancipação e sim apenas de fixar as pessoas no campo; era uma proposta mais voltada para assistencialismo. Movimentos sociais organizados se mobilizam em prol de uma mudança de paradigma e buscam defender uma proposta de Educação do Campo.

Assim, de acordo com Fernandes (2006), a mudança de paradigma e o nascimento de um novo conceito - Educação do Campo – surge com as demandas dos movimentos camponeses na construção da política de educação para as áreas da reforma agrária. Assim, ele entende a educação na reforma agrária, como parte da Educação do Campo, “compreendida como um processo em construção que contempla em sua lógica a política que pensa a educação como parte essencial para o desenvolvimento do campo” (FERNANDES, 2006, p. 28).

Neste processo, temos um marco na trajetória da consolidação do conceito: a *I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo*, realizada em 1998, que foi o primeiro momento coletivo para um novo jeito de lutar e pensar a educação para a população brasileira que trabalha e vive no e do campo, através do processo de construção desta Conferência, “foi inaugurada uma nova referência para o debate e a mobilização popular: *Educação do Campo* e não mais educação rural ou educação para o meio rural” (CALDART, 2004, p.13).

Já nos anos 2000, temos a instituição das *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo* (Parecer nº 36/2001 e Resolução nº1/2002 do Conselho Nacional de Educação). Como destaca Caldart (2004, p.14), é “uma conquista recente do conjunto das organizações de trabalhadores e trabalhadoras do campo, no âmbito da luta por políticas públicas”. De acordo com este documento,

Por mais que o Brasil tenha sido considerado um país de origem eminentemente agrária, a educação rural não foi sequer mencionada nos textos constitucionais de 1824 e 1981, evidenciando-se, de um lado, o descaso dos dirigentes com a educação do campo e, do outro, os resquícios de matrizes culturais vinculadas a uma economia agrária apoiada no latifúndio e no trabalho escravo (BRASIL, Resolução CNE/CEB Nº1- de 03 de abril de 2002).

A decisão em apresentar as diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo presume, primeiramente, “a identificação de um modo próprio de vida social e utilização do espaço, delimitando o que é rural e urbano sem perder de vista o nacional” (BRASIL, Resolução CNE/CEB Nº 1, 2002, p. 29).

Nery (1999, p.10) afirma que a “educação escolar ultrapassa a fase “rural”, da educação escolar “no” campo, e passa a ser “do” campo”. Está relacionada a um projeto democrático de Brasil e de campo que vai além da educação alfabetizadora: é o resgate e valorização da cultura popular do campo, com experiências pedagógicas e conteúdos escolares ligados às suas raízes.

De acordo com Arroyo (1999), essa visão negativa e simplista de que para a “escolinha” da zona rural qualquer coisa serve, vem sendo desconstruída através dos movimentos sociais camponeses, das lutas dos educadores e dos próprios sujeitos do campo. A compreensão que se tem hoje, ainda segundo o autor, é que:

... a escola rural tem que dar conta da educação básica como direito do homem, da mulher, da criança, do jovem do campo. Ou seja, estamos colocando a educação rural onde sempre deve ser colocada, na luta pelos direitos. A educação básica como direito ao saber, direito ao conhecimento, direita à cultura produzida socialmente (ARROYO, 1999, p.17).

Em Fernandes (1999, p. 51 e 52), encontramos uma definição clara para a concepção de educação do campo. Ele afirma que “uma escola do campo é a que defende os interesses, a política, a cultura e a economia da agricultura camponesa, que construa conhecimentos e tecnologias na direção do desenvolvimento social e econômico dessa população.” A localização geográfica pouco importa, o que está em questão são suas proximidades política e espacial com a realidade camponesa.

Ainda com base no autor, a política de educação que está sendo implantada em nosso país, por meio dos PCNs, desconsidera a necessidade de um projeto para a escola rural. Na maioria dos estados brasileiros, a escola rural está deixada ao abandono, recebendo, infelizmente, a denominação de escolas isoladas. Ainda há a concepção de que a escola urbana é melhor do que a rural, pensamento que contribui cada vez mais para o fator geográfico como determinante da qualidade da educação.

O que se busca, quando se pensa em Educação do Campo é uma escola com especificidade que é inerente à histórica luta de resistência camponesa, “ela tem os seus valores singulares que vão em direção contrária aos valores burgueses. Esse é um dos elementos importantes de sua essência” (FERNANDES, 1999, p.52).

Breve histórico sobre a implantação do Programa Escola Ativa no Brasil

De acordo com Ribeiro (2011), o Programa Escola Ativa foi implantado no Brasil inspirado na experiência Escuela Nueva/Escuela Activa originado na Colômbia em 1975, com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). “A partir desta experiência, a política aí adotada amplia-se para aplicação em outros países da América Latina, além da Colômbia, como: Argentina, Chile, Costa Rica, Equador, Guiana, Guatemala, Honduras, Paraguai, Peru e República Dominicana” (RIBEIRO, 2011, p. 27).

Gonçalves (2009) ressalta que técnicos da educação brasileira conheceram o programa ao participarem, a convite do Banco Mundial, de um curso da estratégia “Escuela Nueva – Escuela Activa” na Colômbia e trouxeram a ideia para o Brasil com a nomenclatura Escola Ativa que foi financiado por meio de convênios do Ministério da Educação com o Banco Mundial, através do programa FUNDESCOLA- Fundo de Fortalecimento da Escola.

Bezerra, Neto e Lima (s/d), destacam que a gestão do Banco Mundial a partir de 1968 começa a se preocupar com a pobreza que assolava o mundo, passando a ver a educação como solução para a desigualdade de renda no Brasil. Essa preocupação com a educação abrangia a perspectiva da qualificação para o trabalho, pois os agentes do capital internacional compreendiam que o baixo nível dos recursos humanos ameaçava, em longo prazo, o crescimento da economia brasileira e, com isso, a formação de obra para o mercado de trabalho começa a se tornar interesse do capital.

É importante ressaltarmos esse aspecto das propostas de desenvolvimento econômico e social do Banco Mundial para o Nordeste brasileiro e para o Brasil, pois foi justamente como política de continuidade dessa intervenção externa que surgiu o interesse pela educação do trabalhador rural. Inicialmente as propostas estavam direcionadas às atividades econômicas,

ou seja, atividades produtivas e, depois, a educação foi incluída como mais um fator no desenvolvimento econômico e social: ela passa a ser vista não apenas como um instrumento de redução da pobreza, mas, principalmente, como fator essencial para a formação de “capital humano” (BEZERRA; NETO; LIMA, s/d, p. 24).

Sob a ótica do capital humano, a educação deveria estar associada ao desenvolvimento econômico e social. A partir disso, reproduz-se um programa cujas características essenciais remetem à racionalidade econômica visando à melhoria da qualidade do atendimento à população do campo, qualificando-a para o trabalho bem como para o consumo, porém com baixo custo (BEZERRA; NETO; LIMA, s/d).

O Programa Escola Ativa, nosso objeto de investigação, é um destes programas internacionais direcionados às populações pobres do campo dos países em desenvolvimento, que apresentavam baixas taxas de escolarização, altos índices de abandono e evasão causando distorção na relação série-idade. O programa é voltado, especificamente, para salas multisseriadas e escolas unidocentes, realidade mais visível nas escolas das zonas rurais de qualquer município ainda não totalmente industrializado e até em alguns que já estão mais avançados no processo de urbanização (BEZERRA; NETO; LIMA; s/d, p.25).

Conforme Ribeiro (2011), o Programa Escola Ativa começa ser implementado no Brasil em 1997 estendendo-se até 2007, quando os

recursos financeiros, orientações administrativas e pedagógicas são repassados às secretarias estaduais e municipais de educação, responsáveis pela aplicação do referido Programa que, no período acima indicado, se estende pelos estados e municípios das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Estado brasileiro (RIBEIRO, 2011, p. 26).

Bezerra, Neto e Lima (s/d, p.20) mostram que os primeiros documentos do programa elaborados no Brasil foram transcrições literais do programa colombiano, apenas especificando mais claramente os objetivos, a metodologia e a concepção pedagógica. “No entanto, a partir de 2008, passaram por um processo de avaliação e reestruturação, absorvendo, em parte as manifestações dos movimentos sociais do campo que pleiteavam uma educação específica, voltada aos interesses dos trabalhadores camponeses”. Sendo atualmente, a única política pública de plano federal para as escolas de classes multisseriadas e unidocentes do campo.

Artigos científicos que avaliaram o PEA

Nesta seção, apresentamos os resultados de algumas pesquisas, disponíveis na internet, que avaliaram a implementação do PEA em alguns estados do Brasil.

Pepe e Santana (s/d) realizaram uma pesquisa sobre os avanços e desafios do Programa Escola Ativa em escolas municipais multisseriadas localizadas em áreas rurais no estado de Alagoas. Com base nos dados coletados, as pesquisadoras afirmam haver uma grande desigualdade social no estado de Alagoas, onde os índices sociais e educacionais são baixíssimos, sendo que grande parte da população de baixa renda está centrada na zona rural.

Segundo as autoras, o PEA foi implementado em 1997 em Alagoas visando melhorar a educação do povo campesino deste estado, propondo incluir o tempo-escola e o tempo-comunidade, “buscando uma maior integração entre escola-sociedade, assim como atender a uma demanda específica do homem do campo por uma educação pensada a partir de sua identidade fundada na agricultura, fundamentalmente na agricultura familiar” (PEPE; SANTANA, s/d, p. 02).

Como resultados da pesquisa, as autoras apresentam os avanços e os desafios que foram perceptíveis à educação do campo no estado de Alagoas, por meio do Programa Escola Ativa. Quanto aos avanços, destacam a inclusão de políticas públicas voltadas para a educação do campo, reestruturação física das escolas, formação de técnicos gestores para replicação junto aos professores atuantes, realização de concursos para docentes específicos para atuar no campo. Com relação aos desafios, as autoras observam que ainda falta maior investimento na formação inicial e continuada dos professores, muitos equívocos por parte dos gestores e professores atuantes sobre a concepção de educação do campo. É necessário rever o material pedagógico disponibilizado pelo programa para que novas propostas de adequações das atividades sejam feitas. Por fim, Pepe e Santana concluem que, apesar de todos os avanços que o PEA trouxe para as escolas multisseriadas do campo no estado de Alagoas, ainda há muito que se fazer e reformular.

Oliveira e Santos (2013) realizaram um estudo sobre como se comportaram os índices educacionais de repetência e evasão escolar das classes multisseriadas antes e depois da implantação do Programa Escola Ativa no município de Chapadinha- MA. Foram selecionadas 14

escolas que participam do programa desde sua implantação em 2009. Após análise dos dados, as pesquisadoras observam que:

... em 2008, o município ainda não tinha adotado a metodologia da escola ativa, cujos indicadores apresentam o maior índice de reprovados, desistentes e transferidos em comparação com os anos seguintes.

Em 2009, iniciou-se o processo de adesão, implantação e implementação da metodologia da escola ativa no município e apesar do número superior de matrículas, é possível observar a redução dos percentuais de reprovação, desistência e transferidos.

Já em 2010, com a implantação da Escola Ativa em todas as escolas do campo que possuíam classes multisseriadas, os dados indicam um fio de esperança para solucionar os maiores problemas da escola pública como a reprovação e a evasão escolar (OLIVEIRA; SANTOS, 2013, p. 157).

Diante do exposto, as autoras certificam que o Programa Escola Ativa colabora na melhoria de condições para o funcionamento e organização das classes multisseriadas, sugerindo a melhoria da qualidade do ensino e a eficiência no processo de ensino aprendizagem do ensino fundamental. Busca incentivar o professor nos processos de formação, para que desenvolva suas habilidades e conhecimentos pedagógicos a partir da reflexão sobre sua prática. Porém, a estratégia metodológica da Escola Ativa não possui uma fórmula mágica e os bons resultados da sua implementação dependem da atuação com compromisso de todos os envolvidos e do apoio adequado de uma boa gestão.

Outro estudo é sobre a pesquisa realizada por Junges (s/d) no município de Novo Hamburgo- RS. A pesquisadora estudou a organização, do ponto de vista pedagógico, de uma classe multisseriada inserida no Programa Escola Ativa. Para tanto, foram realizadas observações das aulas e entrevistas com uma professora de escola do campo. Os resultados evidenciam que as propostas de ensino prestadas às classes multisseriadas por meio da implementação de Políticas Públicas, como o Programa Escola Ativa, mostram-se, muitas vezes, descontextualizadas da realidade de escolas que se encontram nessa situação.

O distanciamento das propostas do Programa Escola Ativa com o que era praticado na forma de organização da classe multisseriada de Novo Hamburgo sugere a presença de movimentos de contraconduta às imposições do governo, até mesmo pela percepção da professora que os materiais enviados pelo MEC não

estavam adaptados à realidade dos alunos que frequentavam a escola (JUNGES, s/d, p. 92).

Apresentaremos agora os resultados da pesquisa realizada por Lucas, Noremberg, Pinto, Alves, Hobuss (s/d). Estas pesquisadoras realizaram um estudo sobre um dos elementos estruturantes do Programa Escola Ativa que é a Gestão Democrática, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Lima e Silva, localizada na Colônia Oliveira, 4º distrito de Pelotas-RS.

De acordo com as autoras, o Programa Escola Ativa organiza duas instâncias de Gestão Democrática: o Conselho Escolar (CESC) e o Colegiado Estudantil (CEST). Estas instâncias são fundamentais na relação Escola-Comunidade, na qual qualifica o projeto pedagógico e o acompanhamento da aprendizagem escolar. Assim, a escola, por já participar das atividades propostas pelo PEA e instituir o Conselho Escolar, desafia-se em incluir o Colegiado Estudantil para atuar junto com o Conselho Escolar, fortalecendo a participação da comunidade escolar nas decisões administrativas e pedagógicas.

As pesquisadoras ressaltam que as professoras da escola relatam já desenvolver várias atividades, mas não possuíam um olhar direcionado para as questões pedagógicas relacionadas pelas Diretrizes Operacionais da Educação Básica do Campo, e o Programa Escola Ativa despertou sobre como adequar as suas práticas às especificidades do campo atendendo às necessidades da comunidade local. Os alunos também reconhecem que o programa proporcionou uma nova maneira de aprender.

Rosa e Bezerra (2011) também realizaram uma pesquisa sobre a gestão democrática do Programa Escola Ativa com um estudo de caso em São José do Rio Pardo/SP. Para esta pesquisa, foram analisadas seis escolas do campo existentes no município de São José do Rio Pardo-SP, que são: Barreirinho, Santa Amélia, Água Fria, Venerando, Sítio Novo e Vila Maria. Nestas escolas, notaram que a gestão participativa sugerida pelo PEA, foi implantada com a formação do Conselho Escolar e Comitês de Trabalho. O material pedagógico é composto por Cadernos de Ensino e Aprendizagem e Kits de jogos didáticos. Sobre a opinião das professoras sobre o material de suporte didático, os pesquisadores relatam:

A opinião das professoras sobre o material é muito positiva, porém, quando questionadas se utilizam apenas os Cadernos do Escola Ativa, elas dizem que

não. O motivo é que o material do Escola Ativa é específico demais para o campo. Elas acreditam que o conteúdo passado aos seus alunos não deve ser apenas voltado para o campo, pois é possível (e comum) que seus alunos saiam da área rural para viver e trabalhar na cidade (ROSA; BEZERRA, 2011, p. 03 e 04).

Como resultados desta pesquisa, Rosa e Bezerra (2011) pontuam que a forma como os gestores e professores dessas escolas têm trabalhado com a população rural possibilita uma mudança no relacionamento entre escola e comunidade.

As escolas passaram a ter um papel social importante para as famílias dos alunos, pois estas brigam pela escola e sentem que fazem parte dela. Ainda é preciso discutir se seria esta uma referência para uma implementação de gestão democrática mais próxima do que sugerem os documentos do programa (ROSA; BEZERRA, 2011, p. 01).

Stefanini (s/d) escreveu um artigo em que apresenta os dados sobre a implantação do Programa Escola Ativa em 29 municípios no Estado de São Paulo, com o objetivo de apontar avanços e lacunas desta ação iniciada em 2008. Busca responder em que proporção o programa apresenta coerência com os pressupostos que orientam a consolidação da educação do campo em contraposição à educação rural. Confirma que a implantação do PEA no estado de São Paulo aconteceu em 29 redes municipais que aderiram ao programa no ano de 2008 totalizando “177 escolas, 305 professores, 4.964 alunos. A maior parte das escolas possui uma ou duas turmas multisseriadas, e, em geral também apresenta uma turma de educação infantil multisseriada” (STEFANINI, s/d, p. 17).

Com base no estudo realizado, a pesquisadora aponta que, mesmo o Programa Escola Ativa ter sido reformulado mediante as conquistas dos movimentos sociais do campo, demonstra inconsistências entre a metodologia apontada e o embasamento da proposta atual que incorpora as atuais discussões sobre educação do campo. Os resultados do programa no estado de São Paulo demonstram avanços na formação docente, melhorias na infraestrutura, acompanhamento pedagógico, atenção ao rendimento escolar e materiais pedagógicos.

Por fim, apresentamos o estudo realizado por Araujo (s/d) sobre as configurações do trabalho docente de seis professoras primárias em classes multisseriadas situadas em cinco escolas rurais municipais da cidade de Várzea Grande – MT. Os objetivos da pesquisa foram o de

explicitar como se caracterizam a realidade, as práticas e saberes pedagógicos destas professoras no período antecedente a implementação da Proposta Pedagógica da Escola Ativa bem como ao período posterior a sua implementação. Para a investigação, a autora analisou os depoimentos das seis professoras das classes multisseriadas, por meio de entrevistas semiestruturadas procurando apreender as percepções e entendimentos das professoras em relação ao PEA. Diante dos resultados, Araujo (s/d) destaca:

Quando comparamos a Proposta Pedagógica da Escola Ativa com os problemas apontados pelas pesquisas anteriores a esta proposta, verifica-se que essa medida traz não só elementos materiais há muito reclamados pelos docentes que trabalham nestes ambientes, como busca redimensionar a dinâmica de trabalho dos professores em sala de aula através de seus instrumentos pedagógico-administrativos, e ressalte-se também, o alcance pretendido pela proposta no que se refere as articulações escola-comunidade. (ARAUJO, s/d, p. 10)

Com relação aos relatos apresentados, a autora destaca que foi possível perceber mudanças em diferentes aspectos das práticas pedagógicas das docentes comparado ao que faziam antes, cada qual realizou as mudanças de acordo com a interpretação que tiveram da proposta do programa, umas com maior outras com menor intensidade.

Considerações Finais

Neste trabalho, procuramos fazer um estudo sobre a educação do campo, tendo como foco o Programa Escola Ativa. Pesquisando a respeito dos objetivos do programa em sites do MEC, observa-se que ele abre um “leque” de novas oportunidades educativas para os alunos das escolas multisseriadas do campo, bem como propostas pedagógicas e metodologias voltadas às especificidades do campo, para os educadores que atuam nessas áreas. Compreendido neste estudo como um programa que visava reduzir os índices de reprovação e de evasão pelos alunos das escolas multisseriadas do primeiro ciclo do Fundamental, o PEA funciona como espécie de facilitador para a permanência do aluno na escola do campo.

Diante dos resultados das pesquisas que aqui foram apresentadas, podemos afirmar que o programa muito teve a contribuir para a melhoria da escolarização dos sujeitos do campo. Foi possível perceber, após a implantação do programa em escolas de municípios aqui mencionados,

mudanças em práticas pedagógicas de professores, envolvimento da escola com a comunidade campesina, materiais didáticos adequados à proposta, reconhecimento por parte dos alunos quanto às novas maneiras de aprender que o programa traz.

Contudo, o PEA não possui somente pontos positivos, observamos algumas críticas com relação ao programa, como, por exemplo, aos conteúdos abordados nos Cadernos de Ensino Aprendizagem do PEA, sendo considerados insuficientes para a formação dos alunos, pois há uma demasiada valorização das práticas cotidianas em detrimento da teoria. Outro ponto é a preparação para o mercado de trabalho, a partir da lógica urbana e capitalista.

Apesar das críticas levantadas ao programa quanto à proposta descontextualizada para realidade de algumas escolas, caráter autoritário, sem que nada seja discutido com as pessoas interessadas, nem dada à possibilidade de participação no debate, ou que sejam apresentadas novas propostas que poderiam ser mais efetivas na formação dos trabalhadores do campo, tal como almejam os movimentos sociais, é latente o quanto ele tem a contribuir para a melhoria da educação do campo, trazendo consigo ações que bem desenvolvidas irão contribuir para a formação ativa de muitas crianças que vivem no e do campo.

Compreende-se então, que a implantação do Programa Escola Ativa, não foi um processo simples, ainda há muito que se fazer e reformular visando uma educação que de fato possa contribuir para a formação da classe campesina. Torna-se necessário um olhar mais aguçado no que diz respeito às Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo sendo fundamental o comprometimento de todos os envolvidos.

Anexo

Títulos que constatarem como fontes de dados:

ARAÚJO, N.G. O trabalho docente de professoras primárias em classes multisseriadas: realidades, práticas e saberes pedagógicos antes e depois da proposta pedagógica da escola ativa. UNESP, s/d. Disponível em: <endipe.pro.br/anteriores/13/paineis/paineis_autor/R2096-1.doc> .Acesso em: 21 mar. 2017.

JUNGES, D.L.V. A organização de uma classe multisseriada de Novo Hamburgo/RS inserida no programa escola ativa. UNISINOS: São Leopoldo- RS, s/d. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/6476/4785>> . Acesso em: 21 mar. 2017.

LUCAS, R.E.A; NOREMBERG, N.B.C; PINTO, P.L; ALVES, H.B; HOBUSS, W.B. **Programa escola ativa: ações político didático pedagógico no cotidiano da escola municipal de ensino fundamental Lima e Silva.** Caderno de orientações pedagógicas para formação de educadoras e educadores, s/d. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/seur/article/download/5107/4007>>. Acesso em: 21 mar. 2017.

OLIVEIRA, N.A; SANTOS, R.A. **As classes multisseriadas e o programa escola ativa: índices educacionais no município de Chapadinha – MA.** Revista Ciências Humanas- Universidade de Taubaté (UNITAU) – Brasil- vol. 6, nº 1, 2013. Disponível em: <<https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/download/58/51>>. Acesso em: 21 mar. 2017.

PEPE, C.M; SANTANA, J.C. **A educação do campo em Alagoas: avanços e desafios do programa escola ativa.** VI Encontro de Pesquisa em Educação em Alagoas, s/d. Disponível em: <epeal2011.dmd2.webfactional.com/media/anais/595.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2017.

ROSA, J.M; BEZERRA, M.C.S. **A democracia na gestão do programa escola ativa: um estudo de caso em São José do Rio Pardo/SP.** III Seminário de Dissertações e Teses do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFScar, 29, 30 de novembro e 01 de dezembro de 2011. Disponível em: <sistemas3.sead.ufscar.br/ppge/julia_mazinini_rosa.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2017.

STEFANINI, D.M. **O programa escola ativa no estado de São Paulo: implantação de uma política pública para escolas multisseriadas do campo.** Setor Técnico de Educação Básica, ReMEC-SP. São Paulo, s/d. Disponível em: <seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/download/4997/4147>. Acesso em: 21 mar. 2017.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M.G; FERNANDES, B.M. **A educação básica e o movimento social do campo.** Brasília- DF: Articulação Nacional por uma educação básica do campo, 1999. Coleção por uma educação básica do campo, nº 2. Disponível em: <portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/edbasicapopular.pdf> . Acesso em: 08 mar. 2016.

ARROYO, Miguel González; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação do campo.** Editora Vozes, 2004.

BRASIL. Portal do MEC. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/escola-ativa>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

BRASIL. Resolução CNE/CEB N°1. **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo**. 03 de abril de 2002.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 20 set. 2016.

BERNADI, L.T.M; PELINSON, N.C.P; SANTIN, R. **O desafio de ser professor na escola do campo: o contexto da casa familiar rural Santo Agostinho**. Revista Reflexão e Ação: Santa Cruz do Sul, v. 22, n.2, p. 120-142; jul./dez. 2014. Disponível em:
<<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>>. Acesso em: 08 abr. 2016

BEZERRA, M. C. S. (Org); LIMA, N.E; NETO, B. L. Programa Escola Ativa: de que educação para o trabalhador do campo estamos falando? In. **Educação para o Campo em discussão: reflexões sobre o programa escola ativa**. Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação do Campo. Universidade Federal de São Carlos, s/d. Disponível em:
<<http://www.gepec.ufscar.br/textos-1/textos-educacao-do-campo/educacao-para-o-campo-em-discussao-reflexoes-sobre-o-programa-escola-ativa/view>>. Acesso em: 08 abr. 2016

CALDART, Roseli Salette. Educação do Campo: notas para análise de percurso. In. **Educação do Campo: semiárido, agroecologia, trabalho e projeto político pedagógico**. Santa Maria da Boa Vista- PE, setembro, 2010. Disponível em:
<<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/caderno-de-estudo/educa%C3%A7%C3%A3o-do-campo-semi%C3%A1rido-agroecologia-trabalho-e-projeto-pol%C3%ADtico-pe>>. Acesso em: 08 abr. 2016.

FAGHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 4º ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília/MDA, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Gustavo Bruno Bicalho. **Programa Escola Ativa: educação do campo e trabalho docente**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade do Rio de Janeiro, 2009.

NERY, I. I. J. P/Articulação Nacional por uma educação básica do campo. In. ARROYO, M.G; FERNANDES, B.M. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília- DF: Articulação Nacional por uma educação básica do campo, 1999. Coleção por uma educação básica do campo, nº 2. Disponível em:

<portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/edbasicapopular.pdf> . Acesso em: 08 mar. 2016.

NETO, L. B; BEZERRA, M.C.S (Org); CAIADO, K.R.M. Escola Ativa: qual sua contribuição para educação do trabalhador do campo?. In. **Educação para o campo em discussão: reflexões sobre o programa escola ativa**. GEPEC: UFSCAR, s/d. Disponível em: <www.gepec.ufscar.br/...e.../educacao-para-o-campo-em-discussao-reflexoes.../file>. Acesso em: 08 abr. 2016.

RANGEL, M; CARMO, R.B. **Da educação rural à educação do campo: revisão crítica**. Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 20, n. 36, p. 205-214, jul./dez. 2011. Disponível em: <<https://revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/download/311/26>>. Acesso em: 06 abr. 2017.

RIBEIRO, M. **Educação do campo e escola ativa: contradições na política educacional no Brasil**. Educação em Revista, Marília, v.12, n.2, p.23-40. Jul.-Dez., 2011. Disponível em: <revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/viewFile/2485/2022>. Acesso em: 08 abr. 2016.